

## UNIVERSIDADE PRIVADA & CIÊNCIA PÚBLICA

Ciência & Tecnologia têm sido uma clara atribuição da universidade pública e das instituições governamentais de pesquisa no Brasil. Com a crescente estruturação e o desenvolvimento das universidades privadas, surge uma nova abordagem para introduzir essas instituições no esforço nacional de produção de conhecimento.

Ensino e pesquisa são atributos básicos das universidades e o Ministério da Educação no Brasil afirma claramente essa necessária ligação para autorizar e credenciar novas instituições. Nesse sentido, muitas das universidades privadas estão promovendo, positiva e rapidamente, modificações para aumentar sua produção acadêmica, tanto quantitativa como qualitativamente. E isso tem efeitos colaterais também positivos, tais como a abertura de novos postos de trabalho para jovens doutores e um reforço no processo de produção de conhecimento no país. De fato, nos últimos anos temos visto um crescente número de novos doutores concluindo seus estudos e sendo liberados de importantes instituições de formação pós-graduada e existe, assim, uma necessidade urgente de absorver esses profissionais em instituições de pesquisa. Neste sentido, as instituições privadas têm um papel importante a cumprir – e a relação é simbiótica, uma vez que essas instituições também necessitam adaptar seu corpo docente e de pesquisadores às regras do Ministério da Educação, que exige um percentual mínimo de professores titulados para manter o credenciamento como universidade.

Entretanto, outro problema surge – o do financiamento em pesquisa. Diferente de outros países, o apoio à pesquisa no Brasil depende principalmente de agências governamentais como o CNPq e as FAPs. Estas últimas são iniciativas estaduais para o apoio à pesquisa e, entre elas, a FAPESP (Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) está entre as poucas com estrutura e recursos financeiros suficientes para cumprir sua missão. Por outro lado, o financiamento em pesquisa, nestes termos, é, potencialmente, uma via de mão única – recursos de agências governamentais destinados a instituições governamentais de pesquisa. Alguns dados são muito claros como exemplo. No programa emergencial de apoio à recuperação e à modernização da infra-estrutura de pesquisa do sistema estadual de ciência e tecnologia, oportunamente proposto pela FAPESP em 1994, apenas 1,6% dos recursos foram captados por instituições privadas enquanto 78,3% do total foi utilizado pelas três maiores universidades públicas do estado de São Paulo (USP, UNICAMP, UNESP). Outro exemplo interessante é

que, em 1996, 3% das bolsas e do apoio a pesquisadores foram distribuídos para instituições privadas enquanto 80% foram absorvidos pelas mesmas três maiores universidades públicas anteriormente mencionadas (MOTOYAMA, 1999; FAPESP, 2002). Ademais, apenas 9% dos artigos científicos publicados no Brasil provêm de instituições privadas (GARCIA, 2002). Não se deve culpar as agências de financiamento por este potencial desequilíbrio. Na realidade, a pesquisa tem sido historicamente um atributo da instituição pública desde os primórdios da ciência e da tecnologia no Brasil e o quadro anteriormente exemplificado decorre, em parte, deste componente histórico. Assim, é tempo para as universidades privadas modificarem rapidamente seu usual, e também histórico, perfil de meros centros de ensino e treinamento para uma função de criadores e disseminadores de conhecimento obtido pela pesquisa. Entretanto, não se pode esquecer de que os avanços e as conquistas em C&T devem buscar, como alvo final, a melhoria da condição de vida da comunidade como um todo – detalhes como patentes e benefícios podem e devem ser levados em conta, mas não como finalidade principal – e as instituições privadas devem ser vistas como parceiras nesta busca, uma vez que alcançar este alvo não é uma tarefa única das instituições públicas. Outro fato importante é que as universidades privadas estão cada vez mais concentrando alunos de graduação. Em 2000, apenas uma universidade privada detinha 66.000 alunos, quase o dobro dos alunos matriculados na Universidade de São Paulo (USP), a maior universidade pública no Brasil (Universidades, 2002).

Considerando esses fatos, as agências governamentais devem lançar um olhar atento a um cenário que se modifica rapidamente em que as universidades privadas surgem como um concreto e inovador potencial como produtores de ciência e tecnologia, em benefício do Brasil, e, por seu lado, as universidades privadas devem assumir definitivamente seu papel como centros com adequado equilíbrio entre ensino e pesquisa. Isso significa melhorar a qualidade e o número de laboratórios, renovar e atualizar suas bibliotecas, estimular a titulação de seus professores e contratar novos doutores – estas são, na verdade, modificações muito bem recebidas pelas agências governamentais de fomento, permitindo que passem a considerar um maior percentual de recursos a serem distribuídos entre as instituições privadas.

*Marcos da Cunha Lopes Virmond*  
Editor

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MOTOYAMA, S. (Org.). *FAPESP, uma história de política científica e tecnológica*. São Paulo: FAPESP, 1999.
2. FAPESP Investimentos em bolsas e auxílios por instituição, concedidos em 1996. Anexo II. Publicações. Disponível em: [www.fapesp.br](http://www.fapesp.br). Acesso em: 26 abr. 2002.
3. GARCIA, M. *A pesquisa na universidade privada: do motivo ao método*. Disponível em: [www.mgar.vet.br/textos/pesqpriv.htm](http://www.mgar.vet.br/textos/pesqpriv.htm). Acesso em: 10 mar. 2002.
4. UNIVERSIDADES privadas concentram alunos. São Paulo, *Jornal da Ciência*. p. 2, out. 2002.